

RESENHA

LOMBARDI, J. C. E SANFELICE, J. L. LIBERALISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, HISTEDBR, 2007.

Vera Lucia Martiniak

Recebido para publicação em 28/09/07

Aceito para publicação em 09/10/07

A obra origina-se de um conjunto de atividades desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - HISTEDBR, durante os anos de 2001 a 2002, resultado de um seminário temático de estudos sobre o tema liberalismo e educação. Nesta coletânea, os autores, a partir dos referenciais teóricos clássicos e contemporâneos, defendem ou criticam o liberalismo.

No primeiro texto, Eduardo Chaves faz uma defesa do liberalismo no sentido de exposição justificada do essencial, ou seja, a forma distorcida como é apresentado pelos seus críticos decorre do receio de que, se o apresentarem tal qual é, terão perdido o impacto da maior parte de suas críticas.

O liberalismo que o autor apresenta, é uma visão pessoal e amadurecida, caracterizando-o e esclarecendo-o através da posição liberal em relação à política, à economia e à sociedade, de forma coerente com os princípios essenciais.

O autor chama a atenção ainda, para não confundir direitos individuais com direitos sociais. Os direitos sociais, não são direitos porque impõem a terceiros deveres positivos que estes não assumiram livremente e que, violam o seu direito de agir e de dispor como preferirem de seus bens. Dessa forma, o Estado confisca recursos dos cidadãos, obrigando-os a custear atividades que podem não desejar custear, portanto violam a liberdade e o direito à propriedade dos seus recursos financeiros. Entretanto, os liberais não se opõem ao atendimento dos carentes e necessitados, mas sim ao Estado, que obriga pela força a contribuir com ele, mesmo contra vontade, violando a

liberdade e o direito à propriedade.

Na área educacional o liberalismo sustenta as teses de que a iniciativa deve prover a educação, cabendo à beneficiários o provimento desse serviço, pois ninguém é obrigado a buscar, pois tem como corolário a não-obrigatoriedade, podendo as famílias educarem seus filhos em casa por tutores.

Chaves também faz um contraponto entre os princípios da socialdemo-cracia e do socialismo, pois ambas são grandes inimigas do liberalismo porque procuram aumentar as funções do Estado. Finaliza o artigo com o ensaio bibliográfico e webgráfico, onde faz menção aos trabalhos dos autores liberais clássicos e contemporâneos.

Gilberto Luiz Alves, em seu artigo, pretende evidenciar as necessidades sociais que estiveram presentes na origem da escola pública moderna, deixando claro que há condições materiais necessárias à universalização dessa instituição social e, finalmente, coloca em destaque as novas funções sociais que a escola vem assumindo. O texto é uma resposta às contestações do professor Eduardo Chaves e visa explicitar o entendimento de liberalismo, analisado através das lutas travadas pela burguesia desde seus tempos de existência e como visão de mundo dessa classe.

No artigo “O Liberalismo Clássico e a Valorização do ensino Privado”, Luiz Carlos Santana desenvolve algumas idéias que possibilitem compreender o valor dado ao ensino privado tendo como referência Adam Smith na obra “Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações” (1776). Smith defendia a instauração do sistema de liberdade natural,

onde indivíduo tem liberdade para buscar seus interesses, enquanto não violar as leis da justiça. Cabe ao Estado proteger a sociedade contra a violência e invasão de outros países; proteger na medida do possível cada membro da sociedade contra a injustiça e opressão e terceiro, criar e manter certas obras e instituições públicas. As instituições públicas para a educação poderiam e deveriam ter um rendimento necessário para cobrir seus gastos através da remuneração do professor pelo aluno. Para Smith o ensino obteria melhores resultados sem a interferência do Estado, mas a partir da relação natural e livre dos indivíduos.

Apesar de Adam Smith ser considerado um dos clássicos do liberalismo concorrencial, o objeto de análise da pesquisa de Luiz Carlos Santana, apresenta argumentos e pressupostos que são utilizados até hoje nas questões relevantes sobre políticas públicas relacionadas ao ensino.

No quarto capítulo, Edmundo Fernandes Dias, discute o “Liberalismo e a Invenção da Tradição”, mostrando que inventar a tradição é um processo que nada tem de novo. Os gregos produziram uma historicidade “idealizada” e prévia às sociedades, fazendo retroagir o presente, reescrevendo o passado, atribuindo-lhe sentido e direção para que este seja a fonte daquele. Assim, a idéia da contradição era algo impensável.

Para os liberais, o capitalismo é a expressão acabada da natureza humana, a única forma legítima de fazer a produção material. Para os economistas burgueses, segundo Marx, existem dois tipos de forma econômica: as naturais (capitalismo) e as artificiais (toda e qualquer outra forma). Assim, dada como verdadeira essa naturalidade desqualificava o passado e o futuro.

Para os teóricos liberais, a idéia de uma sociabilidade a priori externa à sociedade e constitutiva dela é um produto essencial à constituição das relações capitalistas de produção, onde toda a história da sociedade passa a ser vista como a expressão do mercado e suas leis.

Para Dias, o mercado vem assumindo a centralidade da vida social, demonstrando através de Weber, que o que define essencialmente o capitalismo é a produção mercantil. A metodologia de Weber e de Smith opõe-se a diferentes leituras do real, especialmente à leitura de Marx.

O autor finaliza salientando que o liberalismo é a

forma adequada para a legitimação da prática mercantil liberista. O liberismo chegar a chocar-se com o liberalismo, porém não podem mais viver plenamente.

João dos Reis Silva Júnior desenvolve reflexões em torno do tema Crise do Liberalismo através das formulações de John Locke no período do liberalismo clássico, sobre o macroacordo social no ensaio de Francisco de Oliveira e no livro de Lauro Campos e sobre o momento atual do capitalismo apoiando-se em Friedrich Hayek e Milton Friedmann. Desta forma, procura produzir reflexões que contemplem objetivos amplos, porém com uma abordagem que radicalize a crítica ao momento presente do capitalismo em contraposição às posições do “fim da história” desejado por alguns funcionários de Estado.

Paulino José Orso chama a atenção que para tratar o neoliberalismo é preciso compreender o liberalismo. Para isso, é preciso não perder de vista o movimento histórico, compreendido numa totalidade de relações que produzem nova realidade a cada instante.

O autor parte de uma abordagem histórica, tratando do surgimento, desenvolvimento e das mudanças que ocorreram para explicitar as conseqüências, as possíveis tendências e o essencial para a luta dos trabalhadores.

O desenvolvimento do empirismo, o racionalismo, a reforma religiosa, o antropocentrismo, bem como o surgimento dos burgos, do comércio e das cidades tendo na propriedade privada dos meios de produção, na competição, na concorrência, no individualismo, e na defesa da liberdade de consciência e do livre mercado também foram condições para o surgimento do liberalismo. Assim, analisando sua história, pode-se dizer que ele se desenvolveu dentro de um processo que vai do liberalismo clássico (tese) ao liberal-intervencionismo (antítese) e ao ultraliberalismo (a síntese).

O autor conclui que o caminho a seguir é transformar a sociedade e construir uma nova, ou seja, em vez de lutar contra o neoliberalismo ou contra o ultraliberalismo, é preciso lutar contra o liberalismo e contra o capitalismo.

Adriana Almeida Sales de Mello, inserindo-se na discussão sobre as relações entre o liberalismo e a educação, prioriza no texto elementos para a análise crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação.

Para a autora o projeto consolida-se como hegemônico no Brasil dos anos de 1990, na óptica do capital, realizando mudanças nas nossas políticas educacionais. Provocando uma dissociação cada vez mais profunda entre uma educação voltada para a cidadania e a formação científico-tecnológica voltada para o trabalho.

No texto, discute-se o percurso do liberalismo no século XX, apresentado tópicos do pensamento de Freidrich Hayek, acrescentando o estudo da Escola da Public Choice que oferece pistas como respostas na direção política de organizações internacionais que propõem um novo institucionalismo e mudanças na formulação das políticas educacionais no início do século XXI.

No capítulo final, Lúcia Maria Wanderley Neves, apresenta para discussão alguns pressupostos teórico-metodológicos e alguns resultados da pesquisa que vem desenvolvendo denominado “Estudo dos determinantes da política educacional no Brasil de hoje”.

A autora utiliza como pressupostos as contribuições de Gramsci e Poulantzas em relação à teoria do

Estado, a contribuição de Coutinho quanto a relação entre democracia e socialismo no Brasil, constituindo-se como referências para a construção de uma metodologia de análise das políticas educacionais que possam ir além da análise das políticas definidas pelo executivo estatal e pelo poder legislativo, e a influência dos profissionais da educação na definição dos rumos da política oficial.

A partir dessas contribuições inferiu-se que a política educacional em uma determinada formação social concreta é determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e, também, pelo embate provisório das várias propostas educacionais em disputa pela hegemonia no Estado, em sentido estrito, e na sociedade civil.

O livro apresenta as discussões sobre o tema liberalismo e educação a partir de uma perspectiva de análise crítica, revelando-se uma obra inédita e explicativa a partir da contribuição dos textos dos autores. A contribuição da obra é pertinente para a compreensão das discussões e debates atuais sobre os princípios liberais e o entendimento em torno da formulação de políticas educacionais no contexto atual.